



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

**Projeto de Lei n.º 11/2025**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**Ementa:** Dispõe sobre o Sistema de Inspeção Municipal de Cacimba de Areia, possibilita a adesão a consórcios intermunicipais e ao sistema de inspeção SISBI, e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 11/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tem por objetivo instituir o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) no âmbito do Município de Cacimba de Areia – PB, estabelecendo normas para a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, e viabilizando a adesão a consórcios públicos intermunicipais, bem como ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), conforme previsto no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), do Ministério da Agricultura e Pecuária.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O objeto da proposição insere-se na competência legislativa do Município, nos termos do artigo 30, I e II, da Constituição Federal, que autoriza o ente local a legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

A criação do Sistema de Inspeção Municipal atende às exigências da Lei Federal nº 1.283/1950, da Lei nº 7.889/1989, e da Lei nº 11.107/2005, esta última tratando dos consórcios públicos intermunicipais, dos quais o Município poderá fazer parte com o objetivo de estruturar o sistema de inspeção de forma técnica, eficiente e economicamente viável.

No aspecto formal, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo é legítima, pois se trata de matéria de competência administrativa e organizacional, sendo observada também a boa técnica legislativa.

No mérito jurídico, não se verifica qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, sendo o projeto plenamente compatível com a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e os princípios da administração pública, como o da eficiência e da legalidade.

**III – VOTO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, **voto pela REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 11/2025**, por entender que a proposição encontra-se revestida de regularidade formal e material, observando os princípios da legalidade, da iniciativa privativa e da boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2025.

  
DAMIAO PEREIRA DE FARIAS  
Relator




**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

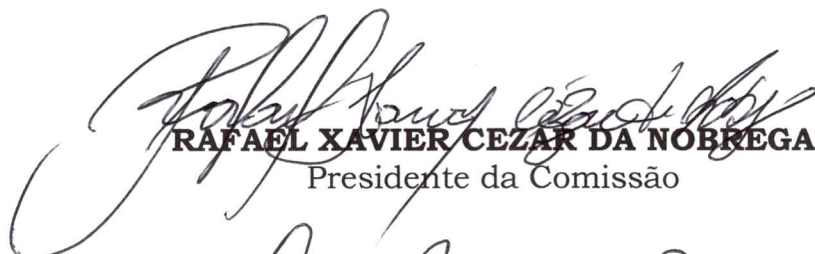
**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão**

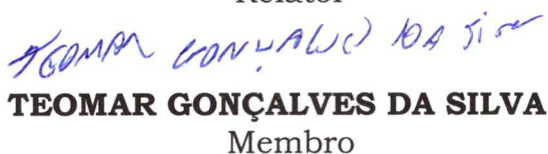
A **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em sessão de 30 de maio de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Executivo n.º 11/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA** – Presidente  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS** – Relator  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA** – Membro

Sala das Sessões em, 30 de maio de 2025.

  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA**  
Presidente da Comissão

  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator

  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA**  
Membro

